



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 268ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: 8º andar da SES. Rua Esteves Junior.

DATA: 23 de fevereiro de 2023

HORÁRIO: 13h

Presentes à Reunião

SES: Carmen Emilia Bonfá Zanotto (Secretária de Estado da Saúde), Roberto Henrique Benedetti (SUH), Alba Santos (FES), Fábio Gaudenzi Faria (SUVIS), Sandro Fonseca (SUE), Cláudia Gonsalves (SUR), Luciano Jorge Konescki (SGA), Marcus Guckert (GEARS), Grace Ella Berenhauser (GERAM), Helma Finta Uba (Gepro), Hanna Barcelos (GECOS), Lucélia Ribas Kryckvj (DVS), João Fuck (DIVE).

COSEMS: Daisson Trevisol (Tubarão), Cristina Pires Pauluci (Florianópolis), Rogério Costa Junior (Balneário Arroio do Silva), Claiton Camargo de Souza (Lages), Rogério Acácio Mascarello (Novo Horizonte), Marcelo Amadeu Deretti (Guaramirim), Jainara Nórdio (Porto Belo), Sinara Regina Landt Simioni (São José), Marcelo Lanzarin (Blumenau).

Justificou ausência: Márcia Cansian (SMS de Botuverá).

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a 267ª Ata de 16 de agosto de 2022 foi aprovada por consenso.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 268ª Reunião da Comissão Intergestores Bipartite foi coordenada pelo Coordenador da CIB/Cosems Daisson Trevisol. Douglas Roberto Martins (Promotor de Ministério Público) está presente à reunião. O Coordenador da CIB/Cosems abre a reunião e dá as boas vindas a todos, sobretudo, a nova Secretária de Estado da Saúde Carmen Zanotto. A Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto também dá as boas vindas a todos, ao Douglas Roberto Martins do Ministério Público, citando a importância da presença do Ministério Público, como também, os participantes que estão online. Coloca que vem discutindo desde o início da gestão sobre as demandas, não somente da alta complexidade, das cirurgias, mas de todas, incluindo a base da saúde que é a Atenção Primária de Saúde. Daisson Trevisol solicita a inclusão do item PPI na pauta.

1 DELIBERAÇÕES

2 A) ENCONTRO DE CONTAS DA ONCOLOGIA DE DEZEMBRO DE 2022.

3 Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, inicia a discussão sobre o encontro
4 de contas, informando que já foram realizados os encontros de contas da
5 oncologia (cirurgia, radioterapia e quimioterapia) de outubro e novembro de 2022
6 de forma 'ad referendum' e nesta reunião, a proposta é aprovar o encontro de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

7 contas da competência dezembro de 2022, sendo que a partir de janeiro de
8 2023, o encontro de contas será feito mensalmente. Norivaldo de Freitas
9 Sobrinho (GEPRO/SPS) esclarece que o encontro de contas da oncologia
10 considera as cirurgias oncológicas, radioterapia e quimioterapia. O método para o
11 encontro de contas compara a produção do mês com o teto previsto para o
12 serviço mensalmente. Cita os grupos que são considerados nas cirurgias
13 oncológicas. A soma das cirurgias do mês comparada as previstas no teto resulta
14 em déficit ou produção excedente. Mesma coisa é feita na radioterapia e
15 quimioterapia. Alguns serviços não apresentaram produção em novembro, sendo
16 compensado agora em dezembro nesse encontro de contas como é o caso de
17 Itajaí. Norivaldo esclarece que a recomposição dos tetos é pelo remanejamento
18 entre os serviços. As sobras de serviços são remanejadas para os serviços que
19 apresentaram produção excedente. Quando as sobras não cobrem os déficits, o
20 estado cobre o déficit com recurso do Fundo Estadual. Carmen Zanotto,
21 Coordenadora da CIB/SES, coloca que soube que até esta data, os
22 remanejamentos entre os serviços cobriam a produção e que neste mês, o
23 estado teve que compor parte do teto da oncologia com recurso do Fundo
24 Estadual. Questiona se procede? Norivaldo confirma e menciona Itajaí que teve
25 que somar a produção de 02 meses. A Coordenadora da CIB/SES refere que até
26 hoje o remanejamento era suficiente e que agora, o estado teve que compor o
27 teto pela primeira vez. Que este cenário deve perdurar por mais uns 03 meses,
28 que é o cenário que se busca reduzir o tempo de espera para a realização das
29 cirurgias oncológicas. Cita que Itajaí estava com uma fila de 555 pacientes na fila
30 de cirurgia oncológica, alguns pacientes com tempo superior a 04 meses de
31 espera. De 11 de janeiro de 2023 até esta data, o hospital já realizou 503
32 cirurgias oncológicas. Com a implementação da Linha de Cuidado da Oncologia,
33 se está buscando reduzir o tempo de espera para cirurgia oncológica, pois na
34 Grande Florianópolis, o tempo de espera está no máximo aceitável, mas, nas
35 diversas regiões do estado ultrapassam 60, 90, 120 e até mais dias de espera.
36 Outra mudança refere-se a AIH cirúrgica, que somente será emitida quando o
37 paciente for para a cirurgia oncológica. O que estava acontecendo: **o paciente**
38 entrava na fila do SISREG considerado eletivo sendo que oncologia não é eletivo
39 e para fazer a reserva da cirurgia, enquanto o paciente estivesse realizando o
40 estadiamento de quimio e rádio que demora até mais de 4 a 6 semanas, o
41 paciente aparecia na fila de cirurgia bem antes de estar pronto com as condições
42 clínicas. Isso foi identificado em Itajaí em 11 de janeiro de 2023. Havia 55
43 pacientes para cirurgia de histerectomia que não tinham como entrar para a
44 cirurgia. Organizado o fluxo de modo que, concluindo a quimioterapia ou
45 radioterapia, que o médico possa realizar a cirurgia sem que a paciente fique na
46 fila, pronta antes ou depois da necessidade de realizar a cirurgia. Refere que já
47 houve relato de 2022 e que há uma ação do Ministério Público cobrando uma
48 resposta até março de 2023. Outra questão é tornar o CEPON em Centro de
49 Pesquisas oncológicas. O melhor tratamento possível é o tratamento ofertado
50 para todos de forma igualitária em todo o estado. A Coordenadora da CIB/SES,
51 Carmen Zanotto cita ainda que está buscando a habilitação do Cepon em cirurgia
52 oncológica, pois as cirurgias apresentadas pelo Cepon são glosadas. Tudo que é
53 feito em cirurgia oncológica no Cepon/Florianópolis em São Miguel do Oeste em



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

54 cirurgia oncológica e quimioterapia não existem série histórica. A produção é
55 lançada, mas é rejeitada por não possuírem habilitações pelo Ministério da
56 Saúde. A produção de São Miguel do Oeste é paga pelo estado como também o
57 Cepon. As referidas habilitações não avançaram por não terem respondidas as
58 diligências em tempo hábil. Cepon é habilitado em radioterapia e quimioterapia,
59 não em cirurgia oncológica. A Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto solicita
60 a mesa da CIB que a produção do Cepon e São Miguel do Oeste apareçam
61 como produção no encontro de contas. Hanna Barcelos informa que a
62 radioterapia de Tubarão também é paga pelo estado e não pelo Ministério da
63 Saúde. Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems concorda que apareça no
64 encontro de contas, mas, não no remanejamento do recurso. Daisson Trevisol
65 solicita à SES que, nas próximas reuniões, o encontro de contas já venha com a
66 proposta de Deliberação e não somente as tabelas, da oncologia e de outras
67 especialidades. A CIB APROVOU o encontro de Contas do Termo de
68 Compromisso de Garantia de Acesso da Oncologia competência dezembro de
69 2022.

70

71 **B) MINUTA DA ORTOPEDIA: PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

72 A CIB APROVOU a Minuta de revisão do Plano da Rede Estadual de Atenção em
73 Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia em Santa Catarina, para a
74 reorganização de fluxos e serviços. Promover a Habilitação Estadual, de novos
75 serviços em Alta Complexidade em Ortopedia, seguindo os critérios da Portaria
76 SAS/MS nº 90 de 27/03/2009. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias aos
77 estabelecimentos interessados, para apresentação de documentos que
78 comprovem o cumprimento dos critérios da Portaria de Habilitação Ministerial. A
79 estratégia de Habilitação Estadual de Cirurgias Eletivas será gerenciada pela
80 Secretaria de Estado da Saúde, acompanhada pelas Comissões Intergestores
81 Regionais - CIR e Comissão Intergestores Bipartite – CIB. As Unidades
82 habilitadas por esta estratégia SES, somente atenderão os pacientes que se
83 encontrarem em fila cirúrgica nas Centrais Macrorregionais, bem como a
84 necessidade da Central Estadual de Regulação, podendo receber pacientes de
85 quaisquer regiões do Estado. A quantidade de cirurgias a serem realizadas,
86 assim como os procedimentos ambulatoriais, serão definidos através do Termo
87 de Compromisso e Garantia de Acesso – TCGA, e deverão constar no Contrato
88 de Prestação de Serviços, efetuado pela gestão responsável pela unidade
89 hospitalar. Para as OPMEs não contempladas na Tabela SIGTAP e padronizadas
90 pela SES, para fins de ressarcimento, serão considerados os valores adjudicados
91 nos processos de aquisição realizados pela SES. Caso os serviços sob gestão
92 municipal, que forem habilitados pela estratégia estadual como Referência em
93 Alta Complexidade em Ortopedia, ultrapassem o Teto Financeiro definido, será
94 realizado encontro de contas mensalmente. Avaliar o impacto da redução da fila
95 cirúrgica da ortopedia em alta complexidade em 06 meses. Cláudia Gonsalves,
96 Superintendente de Regulação da SES, reforça que a proposta da Deliberação é
97 dar vazão a realização de cirurgias em alta complexidade em ortopedia,
98 reduzindo a fila. A habilitação do Ministério da Saúde não consegue atender toda
99 a fila. O estado propõe habilitar serviços que cumpram requisitos para realização
100 de cirurgias em ortopedia de pacientes que já estejam na fila. Para o serviço em



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

101 gestão municipal e que ultrapassar o teto financeiro estabelecido, será feito o
102 encontro de contas mensalmente. Cláudia refere que serão acompanhados os
103 serviços habilitados. Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, cita que,
104 para melhorar o controle será realizada avaliação do impacto da fila em 6 meses.
105 Esse item foi sugerido para ser incluído na minuta de Deliberação. Cláudia
106 Gonsalves informa que a fila de alta complexidade em ortopedia é de 9.913
107 pacientes. Com esta estratégia no Plano Estadual, espera-se a redução da fila.
108 Rogério Costa Junior (Balneário Arroio do Silva) cita que colocou na reunião
109 prévia que se dê prioridade para os hospitais do estado. Pensando em longo
110 prazo, solicita prioridade para o Hospital Regional de Araranguá para construir
111 série histórica, pois a referência de ortopedia de Araranguá é em Tubarão. A
112 Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto coloca que a ortopedia eletiva em
113 alta complexidade quase não acontece e isso dificulta novas habilitações. Os
114 serviços que cumprirem os critérios da portaria serão habilitados. Rogério Acácio
115 Mascarello (Novo Horizonte) com relação ao encontro de contas em oncologia,
116 informa que houve cancelamento de atendimento em radioterapia e quimioterapia
117 por falta de pagamento no Hospital Regional de Chapecó. A Coordenadora da
118 CIB/SES Carmen Zanotto cita que não houve pagamento de honorários médicos
119 de abril de 2022 a dezembro de 2022. A Coordenadora da CIB/SES cita ainda,
120 que sabe que foram realizados vários convênios em 2022, mas que recursos não
121 chegaram. Coloca que não sabe se a regulação da SES ficou sabendo. Ficou
122 consensuada esta Deliberação.

123

124 **C) MINUTA DA CARDIOLOGIA: PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

125 A CIB APROVOU a Minuta de revisão do Plano da Rede Estadual de Atenção
126 em Alta Complexidade Cardiovascular em Santa Catarina, para a reorganização
127 de fluxos e serviços. Promover a Habilitação Estadual nos serviços já habilitados
128 em Alta Complexidade na especialidade Cardiovascular, seguindo os critérios da
129 Portaria GM/MS nº 1.169/2004, para os demais procedimentos não habilitados
130 pelo Ministério da Saúde. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias aos
131 estabelecimentos interessados para apresentação de documentos que
132 comprovem o cumprimento dos critérios da Portaria de Habilitação Ministerial. A
133 estratégia de Habilitação Estadual será gerenciada pela Secretaria de Estado da
134 Saúde, acompanhada pelas Comissões Intergestoras Regionais - CIR e
135 Comissão Intergestora Bipartite – CIB. As Unidades habilitadas por esta
136 estratégia SES, somente atenderão os pacientes que se encontrarem em fila
137 cirúrgica nas Centrais Macrorregionais, e nas situações de urgência e
138 emergência, bem como a necessidade da Central Estadual de Regulação,
139 podendo receber pacientes de quaisquer regiões do Estado. A quantidade de
140 cirurgias a serem realizadas, assim como os procedimentos ambulatoriais, serão
141 definidos através do Termo de Compromisso e Garantia de Acesso – TCGA, e
142 deverão constar no Contrato de Prestação de Serviços, efetuado pela gestão
143 responsável pela unidade hospitalar. Caso os serviços sob gestão municipal, que
144 forem habilitados pela estratégia estadual como Referência em Alta
145 Complexidade em Cardiovascular ultrapassem o Teto Financeiro definido, será
146 realizado encontro de contas mensalmente. Os serviços que receberem a
147 habilitação estadual deverão cumprir integralmente os TCGA, não impactando



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

148 nos demais serviços previamente habilitados pelo Ministério da Saúde. Para as
149 OPMEs não contempladas na Tabela SIGTAP e padronizadas pela SES, para
150 fins de ressarcimento, serão considerados os valores adjudicados nos processos
151 de aquisição realizados pela SES. A Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto,
152 com relação a cardiologia, a proposta é somente autorizar para hospitais que já
153 estão habilitados em cardiologia para habilitação em outros procedimentos desde
154 que cumpram os requisitos da portaria. Isso para agilizar os atendimentos em
155 cardiologia. Ficou consensuada esta Deliberação.

156

D) HABILITAÇÃO PARA LAQUEADURA TUBÁRIA NO HOSPITAL MÉDICO SOCIAL RURAL DE RIO FORTUNA.

159 A CIB APROVOU a habilitação do serviço hospitalar de Laqueadura Tubária da
160 Fundação Médico Social Rural, localizado no município de Rio Fortuna.

161

E) HABILITAÇÃO EM NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL NO HOSPITAL SAGRADA FAMÍLIA DE SÃO BENTO DO SUL.

164 A CIB APROVOU a habilitação do Serviço Hospitalar de Referência em
165 Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral e Parenteral, do
166 Hospital e Maternidade Sagrada Família de São Bento do Sul.

167

F) HABILITAÇÃO DE TRANSPLANTE DE TECIDO OCULAR NO HOSPITAL UNIMED DE CRICIÚMA.

170 A CIB APROVOU o Credenciamento do Estabelecimento de Saúde de Santa
171 Catarina para Transplante de Tecido Ocular no Hospital da Unimed em Criciúma,
172 com pareceres favoráveis do Gestor Municipal, Conselho Municipal de Saúde,
173 Comissão Intergestores Regional e da Central Estadual de Transplantes - Santa
174 Catarina, considerando os critérios técnicos da Deliberação N° 267/CIB/2011-
175 Retificada, que aprova e normatiza o fluxo para habilitação de novos serviços
176 para realização de Transplantes de Órgãos e/ou Tecidos no Estado de Santa
177 Catarina.

178

G) CONSÓRCIO: APLICAÇÃO DO RECURSO (DEFINIÇÃO).

180 O Coordenador da CIB/Cosems Daisson Trevisol, com relação à aplicação do
181 recurso do consórcio, recurso encaminhado pela FECAM e ALESC em 2020,
182 que na época foi definida a distribuição do recurso pelo uso do consórcio. Houve
183 uma discussão intensa na reunião prévia, pois os municípios aportam recursos
184 nos consórcios, ficando definido que o recurso seja aplicado de acordo com o
185 uso do consórcio da mesma forma como foi o recurso de 2020. O Coordenador
186 da CIB/Cosems cita que concorda com os municípios e os consórcios quanto à
187 aplicação. Quanto à produção de 2021 a ser pago com recurso de 2022, o
188 Coordenador da CIB/Cosems reforça que seja aplicado da mesma forma como
189 foi pago o recurso de 2020. Quanto ao recurso de 2023 ou a partir de agora,
190 poderão ser estudados outros critérios. Carmen Zanotto, Coordenadora da
191 CIB/SES, coloca que tem uma posição pessoal, que esse recurso é da saúde,
192 que esse recurso deve ser lançado em FPO, FPO para consórcio para que
193 possa ser discutido em nível nacional e menciona que participou da frente
194 parlamentar dos consórcios. A utilização do recurso depende dos consórcios,



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

195 mas a produção tem que aparecer em FPO. A base de cálculo é do passado, de
196 2021, portanto, foi feita alteração no texto da proposta de Deliberação, pois o
197 recurso estava previsto no orçamento de 2022, mas não foi empenhado em
198 2022. Esses R\$ 30.000.000,00 a serem repassados sairão do orçamento de
199 2023, pois o orçamento de 2022 não existe mais. Para o ano de 2023, os
200 consórcios se comprometem a regularizar a apresentação da produção no
201 sistema de informação ambulatorial por meio da regularização do Art. 5º da
202 Deliberação 290/2018. Cristina Pires Pauluci, Secretária Municipal de Saúde de
203 Florianópolis, cita que entendeu na reunião prévia que houve com os municípios,
204 que seriam ressarcidos sobre os recursos de 2020, pois a Grande Florianópolis
205 não está organizada como consórcio. Daisson Trevisol esclarece que a
206 discussão ocorrida na reunião prévia é sobre a produção de 2021 e não de
207 ressarcimento individual e sim de consórcio. A Coordenadora da CIB/SES
208 esclarece que não se trata de ressarcimento de 2021 e sim de base de cálculo
209 da produção de 2021. Claiton Camargo (SMS de Lages) ressalta que esse
210 recurso foi mérito de pleito dos prefeitos e que esse recurso lá no início não veio
211 para a mesa da CIB. Mas, a origem desse recurso seria para a compensação
212 dos municípios, proporcional aos recursos que foram aplicados nos consórcios.
213 O cálculo foi possível, pois foi feito com referência nos valores da tabela SUS. E
214 que a compensação aos consórcios seria proporcional ao que o município
215 aplicou no consórcio, dependendo do porte, das contratações. A Coordenadora
216 da CIB/SES Carmen Zanotto esclarece mais uma vez que o recurso a ser
217 repassado está no orçamento de 2023. O recurso de 2022 seria possível
218 repassar somente se estivesse empenhado e liquidado. É necessário que fique
219 claro que o estado não empenhou e liquidou o recurso dos consórcios em 2022.
220 Claiton Camargo (SMS de Lages) lembra que no orçamento de 2022 existiam
221 R\$ 30.000.000,00 para esta finalidade, pagamento dos consórcios. No
222 orçamento de 2023 também existem R\$ 30.000.000,00 para os consórcios. A
223 Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto esclarece que esse recurso de 2022
224 não foi empenhado e, portanto, não existe esse recurso, não assumirá essa
225 dívida. Será necessário que o assunto seja rediscutido entre SES, Cosems e
226 Consórcio. O Coordenador da CIB/Cosems sugere que se discuta e se encontre
227 um ponto de equilíbrio e sugere para esta reunião a retirada de pauta do item. A
228 Coordenadora da CIB/SES reforça que consórcio é serviço SUS, é serviço de
229 saúde e não aparece. Sinara Simioni (SMS de São José) lembra que o
230 entendimento que tinha seria que esse recurso fosse vinculado às cirurgias
231 eletivas. Como não é essa a aplicação, espera que a discussão do recurso seja
232 daqui para frente, já que São José e Florianópolis não estão dentro de
233 consórcio. Claiton Camargo ressalta que o consórcio é uma grande ferramenta,
234 mas, não se deve esquecer a origem do recurso que seria a compensação da
235 aplicação do recurso dos municípios nos consórcios, lembrando que o cálculo do
236 recurso foi feito com base na produção de 2020. Marcelo Lanzarin (SMS de
237 Blumenau) refere que se deve levar em consideração o repasse de forma per
238 capita, que seria mais justo. Questiona quem fará a cirurgia do paciente que
239 entra pelo consórcio já que possui o paciente regulado com a cota da PPI.
240 Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, esclarece que o consórcio não
241 poderá contratar um profissional para essa consulta. Sidnei Bellé, Secretário



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

242 Executivo do Cosems, cita que retornar a falar em per capita não é conveniente,
243 considerando que municípios pequenos recebem praticamente nada e isso foi
244 visto que não dá certo. Menciona que, quanto maior seja o consórcio mais
245 especialidades ele traz para dentro do consórcio e isso auxilia aos pequenos
246 municípios. Os municípios já judicializaram a SES pela falta de pagamento do
247 cofinanciamento e do R\$0,30 que não foram pagos em alguns anos. Daisson
248 Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, cita que estava claro que esse recurso
249 seria do ano passado (de 2022) e seria definido essa outra situação, do recurso
250 de 2023. Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES esclarece que o
251 orçamento de 2022 não existe mais. O recurso a ser repassado será de 2023. O
252 recurso de 2022 deve ser rediscutido, por isso, sugere a retirada de pauta. Não é
253 recusar o pagamento, não é ressarcimento. Sugere que o assunto volte para ser
254 discutido no Grupo de Trabalho dos Consórcios sobre o recurso de 2022 que
255 não foi empenhado, pois o de 2023 está no orçamento. O recurso teria que
256 aparecer empenhado naquele item. Recursos devem aparecer, mesmo que
257 sejam de emendas. Claiton Camargo, com relação à aplicação do recurso,
258 ninguém discute. O que se discute é o recurso de 2022 que estava no
259 orçamento e o orçamento de 2022 não existe mais. O Coordenador da
260 CIB/Cosems retira o item de pauta por consenso e se for necessário, faz-se ad
261 referendum. A Coordenadora da CIB/SES sugere que o item volte para
262 discussões no Grupo de Trabalho dos Consórcios e sugere ainda, que a reunião
263 agendada dos consórcios seja antecipada. Ficou acordada na reunião a data de
264 09 de março de 2023. Daisson Trevisol, coordenador da CIB/Cosems, solicita
265 aos participantes do GT dos Consórcios que analisem com atenção a situação, a
266 legalidade, pois se o recurso estava no orçamento de 2022 e não foi executado,
267 algo aconteceu e cita que não é justo cobrar algo do estado que não seja justo
268 nesta situação e acredita que é possível negociar.

269

270 **H) HABILITAÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM DOENÇA**
271 **RENAL.**

272 A CIB APROVOU a habilitação do Serviço de Alta Complexidade em Unidade de
273 Atenção Especializada em Doença Renal Crônica nos estágios 4 e 5 (pré
274 dialítico), na Clínica de Doenças Renais de Tubarão SS Ltda (CNES 2491524)
275 localizada no Município de Tubarão.

276

277 **HOMOLOGAÇÕES**

278 **Deliberações ad referendum:** 2022: 161/2022: PLANO DE AÇÃO DA REDE
279 DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS PESSOAS COM CÂNCER EM SC. Atualização
280 do Plano; 162/2022: HABILITAÇÃO DE LEITOS NEONATAL EM RIO DO SUL.
281 .Habilitação de leitos neonatal; 163/2022: ENCONTRO DE CONTAS ENTRE
282 SES E LAGES; 164/2022: PPI: encontro de contas da oncologia do 3º trimestre
283 de 2022 na competência janeiro/2023 da PPI; 165/2022; HABILITAÇÃO DE
284 LEITOS. Habilitação de 10 leitos Neonatal no Hospital Deputado Afonso Ghizzo.
285 **2023:** 001/2023: ACADEMIA DA SAÚDE. Documento da Secretaria Municipal de
286 Saúde de Atalanta do Município de Atalanta, solicitando o credenciamento para
287 o incentivo financeiro de custeio do Polo do Programa Academia da Saúde,
288 registro no CNES sob o nº 2939258; 002/2023: TERMO DE CONCLUSÃO DE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

289 OBRA. Documento do Município de Chapecó em que consta o Termo de
290 Recebimento Provisório referente a construção do Centro de Saúde da Família
291 Jardim do Lago, na Rua Dom José Gomes, 0, CNES 5501288, Município de
292 Chapecó; 003/2023: EMENDA PARLAMENTAR. Projeto Sanitário do Município
293 de Campos Novos, referente aquisição de Ambulância tipo A para estruturação
294 dos serviços de atenção básica do Município de Campos Novos. Proposta
295 08595042000122001, recurso de Emenda Parlamentar no valor de R\$
296 283.817,00; 004/2023: ENCONTRO DE CONTAS DA ONCOLOGIA/OUTUBRO
297 2022. **ANEXO**; 005/2023: ENCONTRO DE CONTAS DA ONCOLOGIA DE
298 NOVEMBRO 2022. **ANEXO**; 006/2023: PPI: competência fevereiro de 2023;
299 007/2023: PROTOCOLO DE ACESSO DA ONCOLOGIA. Padronizar o Protocolo
300 Único de acesso ao Serviço de Oncologia no Estado de Santa Catarina, visando
301 o cumprimento da Portaria SAES/MS nº 1.399 de 17 de dezembro de 2019 e da
302 Lei Federal nº 12.732 de 22 de novembro de 2012.

303

304 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

305 **A) Prioridades COSEMS para política de saúde catarinense.**

306 Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, relata que entregou um
307 documento a Secretária de Estado da Saúde com as intenções e anseios para
308 os próximos anos. Cita que o Cosems solicita um olhar diferenciado para as
309 pautas relacionadas. O documento foi elaborado com base na Carta de
310 Blumenau. Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, coloca somente para
311 registrar, que o documento é um compêndio.

312

313 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

314 Os documentos recebidos foram encaminhados aos setores pertinentes e as
315 Câmaras Técnicas

316

317 **INFORMES**

318 **a) Apresentação da aplicação do recurso R\$ 0,30 (saldo e conclusão da**
319 **dívida)**

320 Alba Santos, Superintendente do Fundo Estadual de Saúde, apresenta à
321 aplicação do recurso correspondente a dívida do R\$ 0,30 que foi judicializada
322 pelo Cosems – municípios. Alba Santos especifica o que foi pago das cirurgias
323 eletivas em 2019: R\$ 1.175.000,00; em 2020 R\$ 5.296.571,59; em 2021 R\$
324 5.921.071,36; em 2022 R\$ 5.949.868,17; em janeiro de 2023 foi paga uma
325 parcela; a segunda parcela será paga amanhã dia 24 de fevereiro de 2023. Dos
326 R\$ 28.000.000,00 judicializados, foram pagos R\$ 23.000.000,00 que estavam no
327 contrato módulo da dívida; 07 parcelas foram pagas por fora do contrato da
328 dívida e o estado possui um saldo devedor de R\$ 4.411.000,00, sendo que uma
329 parcela será paga a amanhã dia 24 como citado, ficando um saldo de R\$
330 3.829.000,00 a serem pagos. Se for considerar, Alba Santos coloca que o
331 estado já pagou um valor maior que o que estava no contrato da dívida, isto é,
332 mais que R\$ 28.000.000,00 pertinentes à dívida judicializada.

333

334 **b) "Vigilância em Saúde em Santa Catarina".**



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

335 Fábio Gaudenzi Faria, Superintendente de Vigilância em Saúde, trouxe uma
336 apresentação solicitada pela Secretária de Estado da Saúde Carmen Zanotto
337 sobre os desafios a serem enfrentados em Santa Catarina. Traz indicadores
338 sobre a mortalidade materna, mortalidade infantil e expectativa de vida ao
339 nascer. Coloca as ações a serem desenvolvidas no estado em todos os serviços
340 de vigilância e monitoramento. Apresenta a cobertura vacinal, destacando o
341 risco da volta da poliomielite no estado. Cita que está sendo feita uma campanha
342 de comunicação. Refere sobre os cursos a serem desenvolvidos e as ações
343 para apoio dos comitês. Cita a cooperação técnica com a OPAS. Lembra do
344 curso de ações básicas em vigilância sanitária a ser desenvolvida em 2023.
345 Refere o código sanitário a ser aprovado na ALESC. Fábio apresenta todas as
346 ações a serem desenvolvidas. Esta apresentação será distribuída aos membros
347 da CIB. Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, destaca a importância dos
348 indicadores. Cita a preocupação com o surto da dengue e refere sobre o
349 documento que está sendo elaborado para encaminhar para todos os órgãos
350 públicos para fiscalizar a situação e os cuidados no enfrentamento da dengue,
351 olhando as estruturas e prédios públicos. Com relação à retomada da vacina
352 contra a Covid, solicita ao Superintendente de Vigilância em Saúde que coloque
353 sobre o calendário. Fábio Gaudenzi Faria informa que iniciou a distribuição das
354 doses de vacinas no dia 22 de fevereiro e vai até 24 de fevereiro de 2023.
355 Reforça a importância das vacinas nos grupos prioritários. O informe está sendo
356 encaminhado para o Cosems e para as regionais de saúde. O Coordenador da
357 CIB/Cosems Daisson Trevisol cita a importância da vigilância e informa que teve
358 um foco de dengue da sua Secretária de Saúde. Com relação à vacinação,
359 preocupa a demora do Ministério da Saúde, da Anvisa, no envio das vacinas. É
360 importante discutir algumas ações previamente entre SES e Cosems quanto as
361 ações de vigilância. Rogério (SMS de Arroio do Silva) lembra sobre a
362 importância do curso de treinamento dos vacinadores.

363

364 **c) Proposta do Cosems: O Cosems apresentou proposta de atualização do**
365 **Teto da PPI Hospitalar de Média e Alta Complexidade.**

366 Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, sugere que esse item seja
367 discutido na Câmara Técnica. É compreensível que 2020 e 2021 não possuem
368 série histórica, considerando que a legislação permitiu o repasse dos recursos
369 sem avaliação de metas, em função da pandemia do Coronavírus. O Cosems
370 traz um relatório com dados da revisão da PPI, solicitando a revisão da PPI
371 Hospitalar. Cita que é importante na Câmara Técnica avaliar esse relatório,
372 levantar os per capita com relação aos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.
373 Cita ainda, que não se deve deixar de lançar produção, tudo que é produzido
374 deve ser lançado. Concorde em discutir na Câmara Técnica os tetos para a
375 revisão da PPI.

376

377 **d) Portaria do Grupo de Trabalho das cirurgias eletivas.**

378 Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, menciona, agradecendo o Cosems
379 pelos trabalhos em conjunto. Sugere retirar o consórcio da Portaria do GT das
380 cirurgias eletivas, pois o recurso dos R\$ 30.000.000,00 não será utilizado nas
381 cirurgias eletivas. No GT estão SES, Cosems, Consórcio e Filantrópicos. O



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

382 Ministério da Saúde solicitou na Bipartite o envio pelo estado do desenho e do
383 Plano de Trabalho do Mutirão das Cirurgias Eletivas a serem desenvolvidas com
384 o repasse dos R\$ 20.000.000,00. Salaria que no mutirão estadual colocará
385 procedimentos mais complexos, mesmo que o estado necessite pagar, que é
386 necessário solucionar casos complexos também, ainda que a tabela SUS não
387 cubra. Com relação às AIH cirúrgica represada, solicita que os municípios
388 processem essas AIHs dentro do prazo. As AIHs podem ser apresentadas até
389 90 dias. Os prestadores de serviços reclamam em realizar novas cirurgias sem
390 ter recebido a produção realizada em meses anteriores. A coordenadora da
391 CIB/SES solicita por fim deliberar o item sobre as AIHs represadas para que os
392 municípios possam processá-las. Marcelo Lanzarin (SMS de Blumenau) informa
393 que processaram as AIHs há mais tempo e questiona que agora não vão poder
394 receber. Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, sugere deixar o item para
395 ser discutido na Câmara Técnica. Cita que existem 04 instrumentos de cirurgias
396 eletivas a serem avaliados. Cita ainda, que o mutirão federal como o estadual
397 tem que ser FAEC. Cláudia Gonsalves (SUR) coloca sobre o Plano Estadual de
398 Cirurgias Eletivas e que há um prazo para ser encaminhado para o Ministério da
399 Saúde que são 30 dias após a publicação da portaria. Grace Ella Berenhauser,
400 Gerente da Regulação Ambulatorial, informa que no dia 3 de fevereiro o MS
401 publicou a portaria das cirurgias eletivas, para a redução das filas, exames e
402 consultas, sendo que para Santa Catarina serão destinados R\$ 20.000.000,00.
403 Grace esclarece que o MS fará o repasse de 1/3 desse recurso de forma fixa e
404 os outros 2/3 fará o repasse por produção. Grace refere que foi elaborado um
405 Plano Estadual de redução de filas com vários anexos, especificando os
406 hospitais que farão as cirurgias, por quanto tempo e tipos de cirurgias. Foram
407 elencados 30 procedimentos prioritários. São procedimentos de média
408 complexidade de todas as especialidades. São hospitais que já realizaram
409 cirurgias eletivas em 2022. A proposta é utilizar os R\$ 20.000.000,00 em 3
410 meses. Todos os procedimentos já estão na Deliberação 008/2021. Os
411 procedimentos que estavam abaixo do valor da portaria, foram aumentados.
412 São 16 procedimentos que estavam com o valor abaixo do valor da portaria MS
413 e 14 ficaram como já estavam na Deliberação 008/2021. Para esse Plano
414 Estadual o estado necessitará mais R\$ 3.754.000,00, ou seja, R\$ 23.754.000,00.
415 O impacto do pacote pré operatório e do custeio dos procedimentos acima da
416 tabela aporta R\$ 2.427.000,00 para essa primeira etapa da campanha do MS.
417 Os municípios deverão fazer o monitoramento e avaliação dos hospitais
418 selecionados. A Coordenadora da CIB/SES Carmen Zanotto coloca que é
419 necessário deliberar esse Plano Estadual para encaminhar o MS. Esses
420 recursos serão feitos com faixa federal. Ressalta que foram mantidos os critérios
421 que já estavam pactuados. Daisson Trevisol, Coordenador da CIB/Cosems, é
422 favorável que se aprove **ad referendum** o Plano Estadual. Cláudia Gonsalves
423 encaminhará todo o material para o Cosems para a pactuação **ad referendum**.
424 Esse mutirão de cirurgias eletivas bem como o recurso do consórcio foram
425 consensuados que poderão ser deliberados **ad referendum**. A Coordenadora da
426 CIB/SES Carmen Zanotto lembra os R\$ 2.000.000,00 que devem ser
427 repassados aos filantrópicos até o início de março, recurso que estavam parados
428 nos fundos de saúde. Esse repasse não possui meta quantitativa nem



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

429 qualitativa. O prazo para o repasse é de 30 dias, isto é, início de março de 2023.
430 Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, esclarece que esse recurso são
431 saldos de caixinhas de 2019. Foram autorizados o uso por Lei desses recursos e
432 mesmo assim não foram utilizados por orientação dos contadores. A Lei 196
433 veio agora estabelecendo que parte desse recurso seja repassado para os
434 filantrópicos. Até primeira semana de março de 2023 o repasse será repassado
435 para os estados. Não é necessário fazer convênio para esse repasse, é
436 necessária a publicação de uma portaria especificando esse recurso. Hanna
437 Barcelos (Gerente de Contratualização) solicita que os Municípios de Gestão
438 Plena verifiquem o saldo e solicitem o recurso ao MS para o repasse aos
439 filantrópicos. O recurso pode ser utilizado como o hospital necessitar e não há
440 necessidade de prestação de contas. Somente apresentar um relatório no fim do
441 ano. A Coordenadora da CIB/SES esclarece que esse recurso são os que estão
442 ainda nas diversas caixinhas e deverão ficar recursos somente em 2 caixinhas.
443 Coloca que poderiam realizar uma vídeo (presença de Dr. Junior) com os
444 secretários de saúde e seus contadores para orientações sobre a execução
445 desses recursos. Na PEC da Transição há um Artigo que trata de recurso do ano
446 de 2018 para cá. No fim de 2023, o recurso não utilizado será recolhido pelo MS.
447 A Portaria MS é de 7 de fevereiro de 2023. É necessário que o secretário veja o
448 saldo e encaminhe um ofício para o MS, solicitando o recurso. A coordenadora
449 da CIB/SES sugere que os secretários encaminhem o espelho da conta junto
450 com o ofício ao MS. Por fim, A coordenadora da CIB/SES agradece a presença
451 de todos e chama atenção para a função da saúde que é árdua, disponíveis 24h.
452 O Coordenador da CIB/Cosems Daisson Trevisol encerra a reunião e agrade a
453 presença de todos.

454

455 **e) Portaria MS de 13 de fevereiro de 2023: reconstrução mamária**

456 Carmen Zanotto, Coordenadora da CIB/SES, informa sobre a Portaria MS 127,
457 publicada em 13 de fevereiro de 2023 sobre a reconstrução mamária. Cita que a
458 Portaria solicita a adesão dos serviços e encaminhar para o Ministério da Saúde
459 onde serão avaliadas para habilitação. A vigência é de 12 meses e o pagamento
460 é superior ao que vinha sendo pago. No próprio ato cirúrgico, a reconstrução é
461 feita e o valor pago é esse superior citado. Lembra que é necessário garantir a
462 manutenção da simetria nas mamas. É importante que essa pauta seja levada
463 para todos os serviços para que possam fazer a adesão e já ser discutida na CT
464 de Gestão em 17 de março de 2023. São R\$ 4.000.000,00 para SC. As 900
465 pacientes estão no SISREG, mas devem ter mais. Que esse ano seja cumprido
466 essa meta, sendo que o pagamento é FAEC. O preço da prótese é o preço de
467 mercado.

468

469 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata,
470 assinada por mim e pelos Coordenadores.

471

472

Florianópolis 23 de fevereiro de 2023